

FUNÇÕES DA LINGUAGEM: ENFOQUES FILOSÓFICO E ANTROPOLÓGICO

José Américo Bezerra Saraiva

Resumo

As funções da linguagem têm sido objeto de incursões diversas no âmbito da filosofia, da etnografia e da lingüística. Como o tema em toda sua magnitude é complexo, restringimos nossa exposição ao domínio filosófico, desde a Antiguidade Clássica até o período moderno, em que pontificam figuras como Austin e Wittgenstein, e ao domínio antropológico, cuja figura de proa são Malinowski.

Palavras-chave: Função; funções da linguagem; competência sócio-comunicativa.

Abstract

The functions of language have been focused in many areas of knowledge, such as philosophy, ethnography and linguistics. As this theme is, in its wholeness, vast, we limit the subject of this article to philosophy, from the Classic Antiquity to the modern period, in which scholars as Austin and Wittgenstein stand out; and to ethnography, whose most important representative is Malinowski.

Key-words: Function; functions of language; socio-communicative competence.

INTRODUÇÃO

A questão das funções da linguagem tem constituído objeto de reflexão para investigadores dos mais diversos domínios do saber. Não só lingüistas, mas filósofos, psicólogos, sociólogos, etnólogos, entre outros, têm refletido acerca do problema, na medida em que, a certa altura de seus estudos, vêem-se obrigados a pensar na faculdade humana da linguagem. Não raramente, a discussão sobre a linguagem e suas funções é a que primeiro se impõe. Nestes casos, a perspectiva da qual a linguagem é estudada depende fundamentalmente das diretrizes doutrinárias que balizam os estudos.

Dadas as limitações espaciais desse trabalho, não podemos oferecer uma visão multifacetada do assunto. Impõe-se que nos restrinjamos ao enfoque filosófico e antropológico, mesmo assim arriscando-nos a uma apresentação panorâmica.

AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM: A ABORDAGEM FILOSÓFICA E ANTROPOLÓGICA

Na Antigüidade Clássica, por exemplo, Aristóteles reconhece e examina duas funções básicas da linguagem, ligadas às noções de *lógos* e *léxis*. A função do *lógos*, fundamentalmente teórica, linguagem em seu uso racional, lógico, portanto representativo, distingue-se da função prática da linguagem, a *léxis*, função proeminente na arte da retórica e da poética, 'por meio da qual não apenas se dizem as coisas ou se dizem as relações entre as coisas e, portanto, a verdade das coisas' (NEVES, 1987: 72), mas ressalta-se o aspecto significante da linguagem. O que está mais visivelmente em primeiro plano, na função *léxis*, é o como dizer e não o dizer enquanto tal.

Eco (1991: 72-6) assevera que é este *como dizer* que constitui, na Antigüidade Clássica, o objeto da Retórica. Segundo ele, reconheciam-se, neste período, três tipos de discursos: o apodítico, o dialético e o retórico. O discurso apodítico conduz a conclusões silogísticas que se apóiam em premissas indiscutíveis, fundadas nos princípios primeiros. O discurso dialético fundamenta-se em premissas prováveis e conduz a duas conclusões, 'esforçando-se o raciocínio por definir qual das duas conclusões seria a mais aceitável' (*op. cit.*: 73). O discurso retórico, que nos interessa de perto, também parte de premissas prováveis e tenciona delas extrair conclusões não apodíticas, que visam a obter, além do assentimento racional, um consenso emocional. O *como dizer* passa, portanto, a desempenhar um papel de fundamental importância na Retórica, vista como a arte da persuasão, uma vez que o consenso emocional dele depende.

Em outros termos, a Retórica constitui uma técnica cujo escopo é conduzir o ouvinte, convencendo-o do que é dito, a partir do como dizê-lo.

Eco observa ainda que Aristóteles reconhece três tipos de discurso: o deliberativo, sobre o útil na vida associada; o judiciário, sobre a justiça das coisas; o epidítico, discurso de elogios ou vitupérios acerca das coisas. O poder persuasório de cada um destes três tipos de discurso depende diretamente do lugar que os argumentos tomam no discurso, de sua disposição (*dispositio*) e das translações e das figuras retóricas (*elocutio* ou *léxis*, acima referida), que estimulam a atenção do leitor-ouvinte, obrigando-o a voltar-se para premissas e argumentos, já que o discurso apresenta-se ornado, eivado do inusitado e do novo, contendo uma imprevisível cota de informação. Vê-se logo que, embora atribua proeminência ao aspecto racional da linguagem, Aristóteles não deixa de reconhecer a função conativa, que visa a agir sobre o outro para obter-lhe mais que o simples assentimento racional, ou seja, para obter-lhe o consenso emocional.

Transmitida pela Antiguidade à Idade Média, renovada pela época Clássica, a Retórica constituía, como bem assinala Guiraud (1975), uma estilística da expressão e uma técnica de linguagem considerada como arte. Isto corria, de algum modo, paralelo com os estudos lógicos representacionais da linguagem, ilustrados na Gramática Especulativa dos medievais, que via a língua como reflexo do pensamento¹, e na obra de um Scaliger, na Renascença (cf. KRISTEVA, s/d: 172-7). Em suma, não se abandonou, a despeito das injunções históricas que submeteram os estudos lingüísticos a reformulações, a dupla dimensão da linguagem: enquanto sistema representativo de sinais referenciais e enquanto sistema de meios expressivos, ‘do ponto de vista do conteúdo afetivo’ para nos socorrermos aqui de estilística de Bally (1951, i-16).

Berkeley (1992) é outro filósofo, já da filosofia moderna, que reconhece na linguagem funções diversas da de simples suporte ou comunicação de idéias. Admite que a linguagem atende a propósitos ligados aos participantes de um ato comunicativo, servindo como meio de exteriorização psíquica ou como meio de ação sobre outrem. E, ao colocar em xeque a doutrina escolástica das idéias abstratas, cuja ‘fonte’ privilegiada parece ser a linguagem, observa:

... a comunicação de idéias por palavras não é o fim principal ou único da linguagem. Há outros fins, como exaltar uma paixão, excitar ou combater uma ação, dar ao espírito uma disposição particular. O primeiro

em muitos casos é apenas secundário e às vezes inteiramente omitido quando os outros o dispensam, como suponho freqüente na linguagem familiar. (1992: 10)

Wittgenstein (1987), filósofo bem mais contemporâneo, reconhece, por sua vez, na segunda fase de sua filosofia², que a linguagem se presta a uma multiplicidade de usos, a que ele se refere como *jogos de linguagem*. Para ele, há inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo a que chamamos de *símbolos, palavras, proposições*. Esta pluralidade de empregos não se caracteriza pela fixidez, muito pelo contrário, é dinâmica, pois novos jogos de linguagem surgem enquanto outros envelhecem e caem no esquecimento. Para tornar claro o que entende por jogos de linguagem, nesta perspectiva pragmática, Wittgenstein compara a linguagem a uma caixa de ferramentas, em virtude da função instrumental de ambas, e elenca os seguintes exemplos de jogos de linguagem: dar ordens e agir de acordo com elas; descrever um objeto a partir do seu aspecto ou das suas medidas; construir um objeto a partir de uma descrição (desenho); relatar um acontecimento; fazer conjecturas sobre o acontecimento; formar e examinar uma hipótese; representação (*sic*) dos resultados de uma experiência através de tabelas e diagramas; inventar história, lê-la; representação (*sic*) teatral; contar numa roda; resolver adivinhas; fazer uma piada, contá-la; resolver um problema de aritmética aplicada; traduzir de uma língua para outra; pedir, agradecer, praguejar, cumprimentar, rezar (1987: 190).

Cumprir salientar, também no terreno filosófico, a forte influência que o pensamento de Wittgenstein exerceu na concepção da teoria dos atos de fala, cuja formulação inicial foi apresentada por Austin (1990), e, posteriormente, desenvolvida por Searle (1984). Fazendo *tabula rasa* das diferenças entre uma e outra abordagem, nos pormenores, constatamos que tal teoria ostenta como unidade básica de suas preocupações não a palavra ou a oração, mas o ato realizado pelo falante por meio de palavras ou orações. Segundo tal teoria, em cada ato de fala realizado, existe um aspecto: a) locucionário, que consiste na sua forma fonética, na construção gramatical em que se expressa e no sentido a elas associado; b) ilocucionário, que consiste no valor do ato praticado pelo falante de acordo com a situação extralingüística em que as palavras são proferidas (ato de prometer, garantir, jurar etc.); c) perlocucionário, que consiste no efeito produzido pelo ato nos sentimentos, pensamentos ou ações do ouvinte, do falante ou de outras pessoas (efeito de ameaçar, convencer, irritar etc.).

Ainda de acordo com esta teoria, as orações têm um valor ilocucionário e um potencial ilocucionário. O valor

¹ Cf. Robins (1979: 52-73) para os pormenores sobre a fundamentação aristotélico-tomista dos gramáticos especulativos, que raciocinavam sobre as diversas classes de palavras em termos de *modi significandi passivi* (modos de significação passivos), em virtude dos quais as qualidades das coisas são significadas por palavras.

² A segunda fase do pensamento de Wittgenstein está consubstanciada nas *Investigações Filosóficas*, que forte influência exerceu nas idéias desenvolvidas pelo Grupo de Oxford.

advém do ato de fala efetivamente praticado pelo falante ao proferir uma oração. O potencial é o conjunto dos atos de fala atribuíveis a uma oração. Temos, então, que uma mesma oração pode corresponder a atos de fala distintos, não havendo, pois, paridade entre dada estrutura oracional e dado ato de fala praticado.

Admitindo tal ausência de correlação entre estrutura oracional e ato de fala praticado, Searle rejeita a concepção chomskyana de linguagem como sistema formal abstrato e advoga que o conhecimento que um falante tem do sentido das orações de sua língua consiste, em grande parte, na sua capacidade de usar orações em situações concretas para dar ordens, fazer perguntas, pedidos, promessas etc. Portanto, é de concluir-se que o conhecimento lingüístico do falante, sua competência, também consiste na capacidade que ele tem de praticar e entender atos de fala, de forma que a competência não é uma competência lingüística *stricto sensu* mas, como sugere Hymes (*apud SILVA*, 1978), uma competência comunicativa³.

Nos atos de fala que a teoria supracitada identifica e classifica, podemos divisar, *grosso modo*, diversos dos jogos de linguagem wittgensteinianos.

Face à pluralidade de ‘jogos’ em Wittgenstein, Copi (1978: 47-71) crê ser possível postular usos gerais da linguagem que imponham alguma ordem a esta multiplicidade de empregos, dividindo-os em três tipos: informativo, expressivo e diretivo. Esta divisão triádica pode parecer, conforme palavras do autor, uma simplificação excessiva, mas é de muita utilidade para pesquisadores de lógica e linguagem.

Através do uso informativo da linguagem, o falante procura descrever o mundo e raciocinar sobre ele. O uso da linguagem, em sua função expressiva, serve à expansão e à manifestação de sentimentos e emoções experimentados pelo falante. E, em sua função diretiva, a linguagem é usada pelo falante com o propósito de causar ou impedir uma ação manifesta. Estas funções estão sempre presentes nos diferentes tipos de discurso, razão por que Copi afirma que a maioria dos usos ordinários da linguagem é mista, não havendo, pois, formas puras. Ou seja, o discurso de um cientista pode deixar vaziar seu entusiasmo para com os resultados obtidos a partir de suas pesquisas. Um discurso de natureza poética pode, ao mesmo tempo, ser expressivo, diretivo e informativo. O que caracteriza efetivamente o discurso em uma de suas três modalidades, no ver de Copi, é a predominância de uma destas funções, visto que as mensagens exemplificam, de uma maneira geral e em maior ou menor grau, os três usos da linguagem já aludidos.

Convém, no entanto, salientar que Copi analisa estes três tipos de usos da linguagem de um ponto de vista lógico. Está efetivamente interessado no valor alético das sentenças. Portanto, deixa à margem de seu estudo as funções expressiva e diretiva, em virtude da impossibilidade de considerar-se os discursos desta natureza verdadeiros ou falsos. Admite, todavia, a inexistência de um método mecânico para distinguir, com precisão absoluta, os discursos que servem à função informativa e argumentativa da linguagem dos que servem a outras funções. Não obstante, observa que é importante evitar-se, num discurso que se pretende emotivamente neutro (o discurso científico, por exemplo), palavras ou expressões de caráter emotivo.

Ogden e Richards (1972: 230), numa postura menos logicista, julgando esgotar o assunto dos usos da linguagem, reconhecem como fatores que modificam a forma ou estrutura dos símbolos cinco funções:

- (I) A simbolização da referência;
- (II) A expressão de atitude para com o ouvinte;
- (III) A expressão de atitude para com o referente;
- (IV) A promoção dos efeitos pretendidos;
- (V) Apoio da referência.

A primeira, dizem, parece abranger todas as principais funções da linguagem como meio de comunicação. A segunda deriva da atitude assumida pelo elocutor em relação aos seus ouvintes. A terceira advém da atitude do elocutor em relação ao referente. A quarta relaciona-se com a intenção do elocutor em promover certos efeitos através do uso da linguagem. E, por fim, a quinta relaciona-se com o que os autores chamam de ‘Facilidade ou Dificuldade’ das referências, isto é, os sentimentos delas acompanhantes. Ogden e Richards ensaiam deixar clara a distinção entre esta função cinco e a função três afirmando que duas referências ao mesmo referente podem divergir em termos de facilidade, embora ambas sejam verdadeiras. É o caso dos símbolos *Parece-me recordar a ascensão ao Monte Everest e Subi ao Everest* que

...podem, ocasionalmente, não representar diferença alguma na referência e, assim, dever exclusivamente a sua dessemelhança a graus de dificuldade na recordação dessa incomum experiência. (...) Essa facilidade ou dificuldade não deve ser confundida com certeza ou dúvida, ou com um grau de crença ou descrença, que cabe muito mais naturalmente na epígrafe (II), relativa à atitude para com o referente. (op. cit.: 229)

³ A propósito disto, Hymes fala numa função contextual da linguagem, em que se leva em conta a descrição do ambiente físico que cerca emissor e receptor. Tal função completaria o quadro de funções proposto por Jakobson (ver mais adiante), reconhecendo, ao lado dos seis fatores intervenientes no processo comunicativo, um sétimo, o contexto, muitas vezes determinante para a decodificação de uma mensagem. Na compreensão de uma mensagem, deve-se, então, com efeito, considerar conjuntamente a forma em que é expressa e a situação em que é transmitida.

Pelo que se vê, o processo de simbolização é considerado pelos autores como aquele em que se funda a linguagem. Portanto, para eles, a função de simbolização torna-se facilmente a mais importante. A propósito, Ogden e Richards criticam aqueles autores que seguem uma orientação psicologizante e que destacam a expressão como função básica, não tanto por negligenciarem o papel do ouvinte, mas, principalmente, pelos efeitos danosos decorrentes do emprego de palavras como *expressão*, que, dada sua opacidade significativa, têm um efeito narcotizante, inviabilizando, assim, qualquer progresso científico.

Neste ponto da discussão, é importante ressaltar que, já no início do século, os autores assumem que o domínio no qual as funções da linguagem se inscrevem e, portanto, no qual devem ser estudadas, não se limita ao da frase isolada, mas estende-se ao discurso, embora não deixem explícitas as condições de enunciação e indiquem apenas a necessidade de contextos de enunciado cada vez mais amplos (frase, período, parágrafo, capítulo, volume) para a avaliação supostamente inequívoca do sentido, na ilusão de que a relação entre enunciados em sua totalidade é suficiente na maior parte das vezes. Vejamos o que dizem os autores a esse respeito no trecho abaixo transcrito, no qual se destaca ainda o que pensam os autores sobre a falta de isomorfismo entre forma e função.

... a plasticidade do material da fala, em condições simbólicas, é menor do que a plasticidade das atitudes, finalidades e esforços humanos, isto é, do sistema afetivo; e, portanto, as mesmas modificações na linguagem são requeridas por razões muito diferentes e podem ser devidas a causas muito diversas. Daí a importância de se considerar a frase no período, o período no parágrafo, o parágrafo no capítulo e o capítulo no volume, se quisermos que as nossas interpretações não sejam equívocas nem a nossa análise arbitrária (op. cit.: 230)

Quanto à presença de tais funções nos discursos, Ogden e Richards são claros ao afirmar que há pequena probabilidade de existirem símbolos que sirvam simultaneamente a todas as funções. O mais freqüente é algumas de tais funções serem sacrificadas. Um dos casos mais extraordinários de abandono de uma ou mais funções, extremamente discutido, é o do uso poético da linguagem, em oposição ao uso prosaico.

Cumprido, no entanto, sublinhar, uma vez mais, a hegemonia atribuída pelos autores à função de simbolização. Esta função constitui a base mesma de linguagens primitivas. A propósito disto, afirmam os autores que pessoas rústicas, com pequenos e concretos vocabulários, adquiriram, naturalmente, a maioria de suas palavras em conexão direta com a experiência. Neste momento, os autores aproximam-se do que o antropólogo Malinowski (1972: 295-330) preconiza ao estudar o significado em linguagens primitivas.

Malinowski desenvolve estudos acerca do significado em comunidades primitivas e observa que a linguagem assume, nestas comunidades, um caráter essencialmente pragmático. A fala, como reflexão do pensamento, constitui, segundo o autor, um uso 'derivativo e muito artificial', um estágio posterior, numa comunidade já civilizada, em que a linguagem é usada tanto na estruturação quanto na expressão do pensamento. Ou seja:

A linguagem, originalmente, entre os povos primitivos, não-civilizados, jamais foi usada como um mero espelho do pensamento reflexivo. (...) Em seus usos primitivos, a linguagem funciona como elo na atividade humana concertada, harmônica como uma peça de comportamento humano. É um modo de ação e não um instrumento de reflexão. (op. cit.: 309)

As observações de Malinowski acerca da linguagem como meio de ação, diz-nos Palmer (1979:62), têm uma importância considerável, pois deixam claro que a linguagem não funciona apenas como um meio para transmissão de informações. Palmer diverge, no entanto, dos argumentos aduzidos pelo antropólogo, pois não vê a linguagem como meio de ação apenas em relação com as necessidades mais básicas do homem primitivo ou da criança. Primeiro, porque recusa o rótulo de primitiva para qualquer língua. Admite, sim, que o termo é aplicável a agrupamentos humanos não-civilizados, mas não o é a línguas, como quer Malinowski. Segundo, porque as opiniões de Malinowski não bastam para a construção de uma teoria do significado, na medida em que este antropólogo não busca sequer uma sistematização dos contextos, na base da qual tal teoria pudesse ser erigida. Palmer observa ainda que, nestas comunidades primitivas, nem toda atividade lingüística está relacionada com o contexto. Toma, como exemplo, situações descritas pelo próprio Malinowski em que a linguagem é empregada na narrativa. Neste uso específico, o contexto é sempre o mesmo, ou seja, uma pessoa conta uma história a outra. E nem por isso atribui-se o mesmo significado a todas as histórias narradas. A noção de *contexto secundário*, em Malinowski, que é uma espécie de contexto intranarrativo, concebida para resolver tal dificuldade, não tem qualquer consistência, pois 'esse contexto não é susceptível de observação imediata nem de ser objetivamente definido, mais do que os conceitos e os pensamentos, os quais ele tanto se empenhou a afastar da discussão' (PALMER, 1979: 63). Palmer mostra mais benevolência com a teoria de Firth, mais explícita, que considera a ação verbal e a não-verbal dos intervenientes, os objetos relevantes e os efeitos da ação verbal, em torno da qual desenvolve pertinentes comentários, que não exporemos aqui, para o que remetemos à leitura de Palmer (op. cit.: 63-6).

Feitas as considerações supra, aludentes às funções da linguagem, nos aspectos filosófico e antropológico, que deixam transparecer pontos de convergência e com-

plementaridade entre os autores mencionados, particularmente no que tange à variedade de funções a que a linguagem serve, fica para uma outra oportunidade um trabalho específico sobre o mesmo assunto no âmbito lingüístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer: palavras e ações*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BALLY, Charles (1951). *Traité stylistique française*. Paris/Geneve: C. Klincksieck/Georg.
- BERKELEY, George (1992). *Os pensadores*. Tradução de Antônio Sérgio. São Paulo: Nova Cultural.
- COPI, Irvin (1978). *Introdução à lógica*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou.
- ECO, Umberto (1991). *A estrutura ausente*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva.
- GUIRAUD, Pierre (1975). *La stylistique*. Paris: Press Universitaire de France.
- KRISTEVA, Julia (s/d). *História da linguagem*. Tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1972). O problema do significado em linguagens primitivas. OGDEN, C. K. e RICHARDS, I. A. *O significado de significado*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- NEVES, Maria Helena de Moura Neves (1987). *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC/Ed. Universidade de Brasília.
- OGDEN, C. K. e RICHARDS, I. A. (1972). *O significado de significado*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- PALMER, F. R. (1979). *A semântica*. Tradução de Ana Maria Machado Chaves. Lisboa: Edições 70.
- ROBINS, R. H. (1979). *Pequena história da lingüística*. Tradução de Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- SEARLE, John R. (1984). *Os atos de fala*. Tradução de Carlos Vogt, Ana Cecília Maleronka, Balthazar Barbosa Filho, Maria Stela Golçalves e Adail Ubirajara Sobral. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Carly (1978). *Gramática transformacional: uma visão global*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1987). *Investigações filosóficas*. Tradução de M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.